

O castigo de Sísifo

Reza a mitologia grega que Sísifo, rei de Corinto, tendo escapado astuciosamente de Tanatos, o deus da morte, enviado por Zeus, o deus de todos os deuses, para castigá-lo, foi levado ao inferno por Hermes, deus do comércio. Sísifo foi condenado ao suplício de empurrar uma rocha até o cume da montanha.

Acontece que sempre que Sísifo achava estar chegando ao fim de sua missão, a pedra rolava morro abaixo e ele tinha de começar tudo de novo. O castigo de Sísifo é o que nunca termina.

Ao tentar implementar um plano de estabilização sem a base de uma política fiscal sólida, o Brasil desafiou, pelas mãos da equipe econômica do governo Itamar Franco que concebeu o Plano Real, se não Zeus ou Hermes, todos os deuses ou todos os demônios da economia.

Continuam em cena alguns dos protagonistas da aventura de estabilizar a economia na marra, com tosco ajuste fiscal e âncora no câmbio contido e nos juros altos (para atrair dólares do exterior e garantir a taxa de câmbio apreciada).

Além do atual governador de Minas Gerais, o atual presidente reeleito era ministro da Fazenda, o atual ministro, Pedro Malan, presidia o Banco Central, e o atual presidente do BC, Gustavo Franco, diretor da Área Internacional do BC, operava as âncoras cambial e monetária.

Esperava-se que a eleição em primeiro turno levasse Fernando Henrique Cardoso a liderar no Congresso uma bancada capaz de aprovar rapidamente as reformas necessárias ao ajuste fiscal, para que a liberação das amarras do câmbio e dos juros destravasse a economia.

A crise cambial do México (na véspera do primeiro governo FH) fez os juros, que estavam caindo com a melhora da situação fiscal, subirem o morro, esfriando a economia e realimentando o déficit público.

Dois anos e meio depois, quando parecia que a pedra do ajuste fiscal iria ficar assentada no alto do morro, veio a crise da Ásia e jogou tudo por terra: nova alta dos juros, desaquecimento, recessão, desemprego e realimentação do custo financeiro do setor público.

A terceira provação não demorou um ano: a moratória da Rússia, em agosto do ano passado, obrigou o Brasil a recomeçar o esforço mais uma vez, com enorme desgaste da sociedade, de empresas e do próprio governo.

O Brasil fechou 1998 com um balanço altamente negativo, mas o brasileiro tinha enorme esperança em 1999. Acreditava que FH2 tivesse aprendido a lição e seria mais firme e decisivo depois da reeleição, para abreviar o sofrimento geral. Só não podia prever que viesse exatamente do presidente que deu a partida para o plano de estabilização o último movimento que está obrigando o país a um longo recomeço.

O cidadão comum espera não ter que pagar eternamente pela disputa entre os deuses – seja como Sísifo ou como Prometeu, acorrentado a uma política de câmbio sobrevalorizado e de juros nas nuvens, que lhe corrói o fígado, o bolso e o emprego, como o abutre da mitologia.

Nem que tenha de se desdobrar, como Hércules, fazendo vários trabalhos para honrar a carga de impostos para sustentar os gastos excessivos dos governantes. Sem chance de moratória ou de um calote, uai.

A quem interessar possa

O Brasil tem de renovar neste mês US\$ 1.056 milhões em compromissos financeiros (eurobônus) emitidos por governos, bancos e empresas. Em fevereiro a conta passa a US\$ 1.718 milhões. Em março são mais US\$ 1.651 milhões, totalizando US\$ 4.425 milhões no trimestre.

De janeiro a março de 1998 o país teve de rolar apenas US\$ 1.624 milhões. A conta quase triplicou devido à redução do prazo mínimo dos empréstimos, de dois para um ano, após a crise da Ásia, ao fim de 1997.

O pior vem em março: US\$ 2.155 milhões. O Brasil precisará rolar nos primeiros quatro meses US\$ 6.580 milhões. Mais da metade (51,8%) de toda a dívida em eurobônus (US\$ 12.696 milhões) que vence este ano. Falar em moratória é como mexer em casa de marmibondos.

O céu que nos (des)protege

Bill Gates tem tudo para estar rindo à toa. Apesar do processo no Senado americano e do susto causado pelo calote da Rússia em agosto, as ações da Microsoft fecharam 1998 no topo de Wall Street. Para os investidores de todo o mundo, a Microsoft é a empresa de maior valor de mercado: US\$ 372 bilhões. Quase metade do PIB brasileiro em 1998.

A segunda empresa mundial, pela avaliação da cotação das ações negociadas na New York Stock Exchange (NYSE), é a General Electric, com US\$ 340 bilhões. No terceiro posto do ranking, mas com uma progressão impressionante, ficou a Intel, com US\$ 215 bilhões.

A General Motors não passou de modestos US\$ 55 bilhões. Outro gigante, a Exxon Corporation, vale US\$ 173,8 bilhões. Se sua fusão com a Mobil Corporation for aprovada, ambas formariam uma megacompanhia de US\$ 240,8 bilhões, capaz de desbancar a Intel do terceiro lugar.

Mas os humores de Wall Street indicam que isso seria passageiro: o índice das ações de empresas produtoras de semicondutores (caso da Intel) acusou valorização de 93% em 1998, contra 76,2% dos papéis da área de alta tecnologia (caso da Microsoft) e valorização de 61,3% das empresas da área de telecomunicações. Em compensação, o índice composto pelas companhias de petróleo teve queda de 3%.

E como vai o Brasil nesse ranking? A empresa melhor cotada, a Telebrás, que valia US\$ 24,7 bilhões, foi fatiada em 11 holdings e mais a Embratel. Consolidada, a Telebrás caiu 34% em dólar, devido à crise de credibilidade dos países emergentes que pegou o Brasil em cheio.

A Petrobras, segunda empresa brasileira, perdeu 43% em dólar e tem o valor de mercado de US\$ 12,1 bilhões (a argentina YPF, já privatizada, desvalorizou-se 20% e valia US\$ 9,5 bilhões).

A Eletrobrás, cuja privatização parcial vai começar este ano, teve queda de 51% em seu valor de mercado, reduzido a US\$ 10,3 bilhões. A empresa de geração de energia da Cesp caiu 55,6% e está avaliada por US\$ 2 bilhões. Isso não significa que a venda saia por esse valor.

O preço mínimo fixado para a parte de geração de energia da Cesp é de R\$ 4,5 bilhões. Mais que o dobro estimado pelo mercado. A parte de distribuição de energia da Cesp, a Elektro, foi vendida por R\$ 1,4 bilhão, com ágio de 99% sobre o preço mínimo.

Mas o leilão foi em 16 de julho, uma semana antes do megaleilão da Telebrás e um mês antes de o calote da dívida interna da Rússia virar o mercado financeiro internacional (e o Brasil) de pernas para o ar.